



**ATA DE REUNIÃO DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL (CPM) DA CIDADE ADEMAR – 08/02/2021**

Às 19 (dezenove) horas do dia 08 (oito) de fevereiro de 2021 (dois mil e vinte e um) reuniram-se, via Microsoft Teams, os conselheiros participativos municipais eleitos em Cidade Ademar e Pedreira para realizar a sua quinta reunião extraordinária, tendo como pauta principal a construção do CEU Cidade Ademar. A reunião foi gravada pelo interlocutor Helio.

O conselheiro coordenador Clóvis saudou a todos os conselheiros, representantes de órgãos e entidades, bem como os munícipes presentes e em seguida passou à palavra à segunda secretária do conselho participativo, Soraia, para que ela fizesse a leitura da ata da reunião ocorrida em 18 (dezoito) de janeiro de 2021 (dois mil e vinte e um). Após a leitura, correções foram feitas e a ata foi aprovada pelos conselheiros presentes.

Em seguida, o coordenador Clóvis anunciou a presença dos representantes da Secretaria Municipal de Educação Maria de Fátima de Brum Cavalheiro (Coordenadora da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados - COCEU) e Luiz Fernando Silva Loschiavo dos Santos (assessor técnico-jurídico da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados - COCEU) e esclareceu que eles estavam presentes para responder às dúvidas dos munícipes e conselheiros acerca do processo de construção do CEU Cidade Ademar. Passou então a palavra ao munícipe Airton Goes, representante do Fórum Social de Cidade Ademar e Pedreira, para que ele fizesse uma breve apresentação sobre o histórico de luta para a construção do CEU referido.

Com a palavra, o munícipe Airton declarou que “há anos os moradores da Cidade Ademar reivindicam a instalação de um CEU na região”. Segundo o munícipe, “a luta começou durante a gestão da ex-prefeita Marta Suplicy, quando a Prefeitura iniciou o projeto CEU (Centro Educacional Unificado), que seria instalado em áreas de grande vulnerabilidade social e econômica da cidade. As audiências públicas do Orçamento Participativo realizadas naquele período indicaram



os CEUs da Cidade Ademar e da Pedreira, além de creches e EMEIs, como as principais reivindicações da região na área da Educação”.

Airton declarou que “em 2004, surgiu a ideia de instalar o CEU da Cidade Ademar no Clube dos Funcionários da Caixa Econômica Federal. O local chegou a ser vistoriado pela Prefeitura, mas o processo não avançou e, infelizmente, o equipamento não saiu. Já em 2007, o Fórum Social da Cidade Ademar e Pedreira, junto com várias outras organizações, como o Movimento Popular de Saúde de Cidade Ademar e Pedreira, retomou a luta por um CEU. Com o apoio dos três Conselhos Comunitários de Segurança - Consegs da região (Jardim Miriam, Vila Joaniza e Cidade Ademar), protocolou documento junto ao Poder Público, reivindicando a instalação do equipamento”.

Segundo o munícipe, “em março de 2012, o Fórum Social da Cidade Ademar e Pedreira e outras organizações locais promoveram o 1º Seminário de Educação Infantil, que contou com as presenças do então ministro da Educação, Fernando Haddad, e do secretário municipal de Educação, Alexandre Schneider”. Airton afirmou que “durante a campanha eleitoral daquele ano, o Fórum Social entregou aos candidatos a prefeito um conjunto de propostas para o futuro Plano de Metas da cidade. Entre as propostas entregues aos candidatos estavam a instalação de um CEU na Cidade Ademar”.

Ainda com a fala, o munícipe declarou que “o prefeito eleito em 2012 prometeu instalar o CEU da Cidade Ademar”. A promessa estaria, segundo ele, “registrada no material da campanha eleitoral de 2012”. Airton afirmou que “no dia 13 de junho de 2015, o Fórum Social da Cidade Ademar e Pedreira entregou ao prefeito Fernando Haddad um abaixo-assinado, com 10.300 assinaturas, e uma carta assinada por 28 organizações. Ambos os documentos solicitavam a implantação do CEU no distrito da Cidade Ademar e mais creches na região”.

De acordo com o munícipe, “em resposta, Fernando Haddad anunciou publicamente que a Prefeitura iria desapropriar parte do Clube da Caixa, localizado na Avenida Yervant Kissajikian, para instalar o CEU Cidade Ademar naquele espaço”. Airton declarou que, “apesar das palavras do prefeito, a única coisa



que saiu, já no final do mandato, foi o Decreto de Utilidade Pública para desapropriação do terreno”.

Airton disse que “a luta pelo CEU sempre contou com o apoio e a participação do Conseg da Cidade Ademar, do Movimento de Moradia Vila Missionária Cidade Ademar, Movimento de Saúde de Cidade Ademar e Pedreira, entre outras organizações”. Além disso, o munícipe declarou ser importante destacar que “desde a sua criação, o Conselho Participativo de Cidade Ademar e Pedreira tem incluído a demanda do CEU como prioritária para a região”.

O munícipe frisou que “nas audiências públicas e reuniões virtuais do ano passado, os conselheiros participativos, com o apoio de diversas organizações da região, voltaram a escolher o CEU da Cidade Ademar como a principal demanda a ser incluída no orçamento municipal de 2021. Já na Lei Orçamentária Anual de 2020, a Câmara Municipal de São Paulo chegou a aprovar a dotação de R\$ 30 milhões para a construção do equipamento. Entretanto, em janeiro daquele ano, a Prefeitura remanejou a verba para outra atividade, adiando mais uma vez a instalação do CEU na região”.

Por fim, o munícipe declarou que “mesmo contando com mais de 266 mil habitantes, o distrito da Cidade Ademar não tem nenhum CEU”. Reforçou ainda que “é por isso que o Conselho Participativo e as diversas organizações presentes nessa reunião lutavam para demonstrar a importância de o prefeito Bruno Covas atender essa demanda histórica de nossa região”.

Em seguida, o coordenador passou a palavra ao Paulo Roberto, presidente do Conseg Cidade Ademar, para que ele fizesse suas considerações em nome dos Consegs da região e à munícipe Clair, para que ela falasse em nome dos movimentos populares da região. Ambos reforçaram, em suas falas, a importância da luta pela construção do CEU Cidade Ademar, entendido “não só como equipamento de educação, mas também como importante espaço de cultura e lazer para os jovens da região”.



Com a palavra, a coordenadora da COCEU, Maria de Fátima, se apresentou, dizendo que conhecia bem a área pensada para a construção do CEU Cidade Ademar. Afirmou que “no ano passado, entre outubro e dezembro, esteve duas vezes no terreno do Clube da APCEF, tendo, em uma das visitas, a presença do prefeito, do subprefeito da região, de um arquiteto e um engenheiro”. Esclareceu também que os CEUs não têm modelos prontos, iguais e próprios, afirmando, portanto, que “o CEU Cidade Ademar não será igual a nenhum outro CEU já existente, nem ao CEU Alvarenga, nem ao CEU Caminho do Mar e nem mesmo às CEMEIS da primeira infância”. Afirmou ainda que a Secretaria Municipal de Educação ainda não tem a planta desse CEU, pois essa etapa depende da resolução da questão do terreno e ela ainda não foi resolvida. Maria de Fátima afirmou ainda que a coordenadoria está hoje com 10 terrenos na mesma situação do terreno pensado para o CEU Cidade Ademar, em processo de desapropriação.

Em seguida, o assessor técnico-jurídico Luiz se apresentou e esclareceu as questões jurídicas relativas ao processo de construção. Declarou que a ação de desapropriação de parte do terreno da APCEF-SP (Clube da Caixa), primeira etapa para a instalação do CEU, foi ajuizada em setembro de 2020 (Ação nº 1043473-59.2020.8.26.0053). Declarou também que a parte do terreno pensada para o CEU tem cerca de 20 mil metros quadrados e que o terreno já havia sido declarado, antes do ajuizamento da ação, como de utilidade pública em 2016, o que facilitou o processo. Afirmou que “a Procuradoria da Prefeitura fez um requerimento de imissão de posse provisória do terreno para que a posse desse terreno já fosse concedida à Prefeitura assim que depositada uma quantia em juízo”, isso, segundo ele, “pra facilitar e acelerar o processo”. Luiz declarou que esse pedido já teria sido apreciado e estaria agora sendo avaliado por um perito judicial para a fixação do valor do terreno.

Luiz falou ainda sobre “a possibilidade de compensação da dívida que a Fundação Caixa tem com a Prefeitura Municipal de São Paulo relativa ao IPTU para que a imissão de posse fosse facilitada” e disse que uma decisão pela concessão da posse provisória do terreno à Prefeitura “daria condições à Secretaria Municipal de Educação de contratar uma empresa para fazer o projeto e enfim dar os primeiros passos para a concretização da ideia do CEU”.



O coordenador Clóvis falou então sobre “a possibilidade de a Secretaria Municipal de Educação elaborar um documento assumindo um compromisso com o Conselho Participativo de que a construção do CEU Cidade Ademar terá andamento”. Em seguida passou a palavra para os inscritos para fala.

O Luiz Jerônimo, assessor do vereador Atilio Francisco, parabenizou o trabalho do Conselho Participativo e se colocou à disposição para lutar junto com os moradores da região em prol do CEU Cidade Ademar.

Em seguida, o conselheiro Flavio questionou a classificação da proposta de construção do CEU Cidade Ademar como inviável no processo de priorização de propostas para o PLOA 2021 e registrou o seu receio em ver “a região perder, mais uma vez, os recursos destinados ao atendimento dessa demanda”.

A conselheira e secretária-geral Mayara perguntou ao assessor-técnico Luiz o quanto o questionamento feito pela APCEF-SP com relação à compensação da dívida poderia atrasar todo o processo. Perguntou ainda se a Prefeitura Municipal teria recurso disponível para a realização de depósito do valor do terreno, caso fosse decidido que a dívida de IPTU não pode ser compensada e questionou se o Clube da Caixa continuaria funcionando na outra parte do terreno. As perguntas foram endossadas pelo munícipe Osvaldir e Airton.

O munícipe Osvaldir questionou ainda sobre a possibilidade de, em paralelo com o processo de desapropriação, ser iniciado um processo de diálogo com a comunidade sobre o projeto de CEU que a região deseja ter para antecipar algum aspecto que possa ser relevante à construção.

Com relação à contestação apresentada pela APCEF-SP, o assessor-técnico Luiz respondeu que “esse é um procedimento comum nesse tipo de processo e já que eles têm essa abertura para apresentar uma defesa, se utilizam de todos os argumentos possíveis para se defender”. Declarou ainda que “a Procuradoria Municipal se valeu de uma estratégia acertada, se utilizando do entendimento jurisprudencial, isto é, o entendimento do Tribunal sobre esse tipo de questão e de um aspecto legal, já que a Lei de Desapropriação e de Utilidade Pública dos terrenos aponta essa possibilidade de compensação por dívidas tributárias, como é o caso do IPTU, o que indica uma maior possibilidade de êxito”. Luiz destacou, contudo, que não



é possível ter certeza da decisão desde já. Assim, “só a partir da decisão do juiz é que será possível pensar nos próximos passos”.

O munícipe Airton então perguntou se havia uma previsão para a decisão do juiz, a partir da avaliação do terreno pelo perito, e se qualquer plano B da Prefeitura só viria a partir da decisão do juiz.

O assessor técnico-jurídico Luiz respondeu que era difícil dar uma estimativa, mas que “o processo estava correndo, desde setembro, de forma bastante célere”, então arriscava dizer que “o primeiro semestre do ano seria um cenário realista de decisão com relação ao pedido de posse provisória”. Esclareceu ainda que a estratégia processual era decidida pela Procuradoria do Município e que ele imaginava que o órgão já estaria pensando em um plano B sim.

O interlocutor Helio perguntou, em nome do chefe de gabinete do Subprefeito, Edmar, se as dívidas relativas às multas de uso e ocupação do solo poderiam ser abatidas no valor da desapropriação.

O assessor técnico-jurídico Luiz esclareceu que a tese inicial se referia apenas à dívida de IPTU. Ressaltou ainda que o valor do terreno é, inclusive, inferior ao débito, então, em razão dessa questão, acreditava que esta possibilidade estava superada.

A coordenadora de COCEU, Maria de Fátima, declarou que, “pela Prefeitura, o processo já teria começado no ano passado, mas que o Município incorreu em algumas questões com o Conselho da Caixa, o que inviabilizou o início do processo”. Declarou ainda que o Clube da Caixa vai continuar existindo, apesar da desapropriação.

Maria de Fátima se despediu e se colocou à disposição do Conselho Participativo, se comprometendo a retomar o diálogo com o colegiado diante de qualquer novidade.

Em seguida, o coordenador Clóvis agradeceu a presença dos convidados e, com a concordância dos conselheiros presentes, encerrou a reunião.



Conselheiros presentes:

Clovis Rodrigues Ferreira (coordenador), Alfonso Rodrigues Gonzáles, Aluizio Roberto Jordão, Amilton Chaves Mineiro, Fátima Braz da Silva Lima Santos, Flavio Veloso Rocha, Itana dos Santos Reis, Luiz Claudio dos Santos, Mayara Oliveira Torres da Silva (secretária-geral), Ricardo Vicente de Oliveira, Solange Viana de Oliveira, Soraia Barbosa de Carvalho e Valdice Ferreira dos Santos.

Representantes do governo municipal presentes:

José Hélio Aragão dos Santos - Interlocutor e Coordenador de Governo Local

Thais Flores – Assessora de Comunicação da Subprefeitura Cidade Ademar

Edmar Dourado dos Santos Junior – Chefe de Gabinete do Subprefeito de Cidade Ademar

Maria de Fátima de Brum Cavalheiro - Coordenadora da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados – COCEU – Secretaria Municipal de Educação

Luiz Fernando Silva Loschiavo dos Santos - assessor técnico-jurídico da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados – COCEU - Secretaria Municipal de Educação

Conselheiros ausentes: Maria José da Silva e Valdir Antonio Pereira.

Representantes de entidades e munícipes presentes:

Adriana Pereira – coordenadora do Fórum Regional de Saúde Sul e Movimento Popular de Saúde Cidade Ademar

Airton Goes – representante do Fórum Social de Cidade Ademar e Pedreira

Alexandre Prestes - munícipe

Clair Helena dos Santos – membro da CECASUL

Clarice Braz – munícipe

Claudio Oliveira – munícipe

Cleuder de Paula – morador do Jardim Miriam

Cecéu Trajano – assessor do vereador Rodrigo Goulart

Cida Bike - munícipe

Daniel Reis – munícipe

Elmira Gropp – munícipe

Filomena – dos Conselhos Gestores UBS Umarama, Ursi-Pai e Supervisão de Saúde Cidade Ademar

Geraldo Henrique - munícipe



Inspetor Valério

Jandira – munícipe

Luiz Jeronimo – assessor do Vereador Bispo Atílio Francisco

Luciano Aquino – morador da Vila Missionária

Marilene de Camargo – munícipe

Marta Lopes - munícipe

Nilton Oliveira - munícipe

Oswaldir Freitas – Presidente da CECASUL

Paulo Roberto Silva Santos - Presidente do Conseg Cidade Ademar

Roseli Marcelli Santos de Carvalho – assessora da COCEU

Severiano T. - munícipe

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

Mayara Oliveira Torres da Silva
Secretária-Geral

Soraia Barbosa de Carvalho
2ª Secretária

Clovis Rodrigues Ferreira
Coordenador